



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**ESTUDO MULTICASO DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Iolanda do Nascimento Pedrotti

**Constantina, RS, Brasil
2009**

**ESTUDO MULTICASO DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES**

por

Iolanda do Nascimento Pedrotti

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: João Luis Pereira Ourique

Constantina, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**ESTUDO MULTICASO DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES**

elaborada por
Iolanda do Nascimento Pedrotti

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. João Luis Pereira Ourique – UFPel
(Presidente/Orientador)

Ms. Andréa Tonini – UFSM

Dr^a Maria Alcione Munhóz – UFSM

Suplente: MS. Rosane Maria Pietrobelli Nath – SMEC/Constantina

Santa Maria, 08 de agosto de 2009.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ESTUDO MULTICASO DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES

AUTORA: IOLANDA DO NASCIMENTO PEDROTTI

ORIENTADOR: JOÃO LUIS PEREIRA OURIQUE

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 08 de agosto de 2009.

Este trabalho teve como objeto de estudo uma análise da ação pedagógica das escolas públicas do município de São José das Missões, particularmente unidades escolares inseridas no meio rural. O tema escolhido tem como objetivo discutir qual é o tipo de educação que vem sendo oferecida ao meio rural e quais são os conceitos e os métodos utilizados. Tendo como base a pesquisa bibliográfica, a metodologia visou aprofundar uma reflexão sobre o processo formativo. No primeiro capítulo, abordamos a realidade social e econômica do município de São José das Missões e a caracterização das escolas rurais do mesmo. No segundo capítulo, enfocamos as peculiaridades e necessidades da escola do campo, baseando-nos em aportes teóricos que evidenciam a Gestão Educacional e o compromisso com o desenvolvimento rural como fatores de suma importância para a formação do educando. O terceiro capítulo visa interpretar a identidade das escolas rurais de São José das Missões e seus aportes teóricos: Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico, abordando a função dos educadores, a escola como parceira no desenvolvimento sustentável local e participação da família na escola do campo. É na retomada, pela família, de seu papel educador; pela escola, do espaço público que lhe cabe para a produção de conhecimento e a irradiação de uma cultura popular que une, que constrói redes de solidariedade; vão construindo os projetos de sociedade, de desenvolvimento, de agricultura e de educação básica do campo.

Palavras-chave: Educação Rural. Agricultura familiar. Gestão democrática.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ESTUDO MULTICASO DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES

AUTHOR: IOLANDA DO NASCIMENTO PEDROTTI

ADVISER: JOÃO LUIS PEREIRA OURIQUE

Data e Local da Defesa: Constantina/RS, 08 de agosto de 2009.

This work brings object study analysis of the pedagogical action of the public schools of the city of São José das Missões, particularly inserted in to school units in the agricultural way. The chosen subject intends to argue which is the type of education that comes being offered the agricultural way and which are the used concepts and methodist. Having as base the bibliographical research, the methodology aimed deepen a reflection about the formative process. In the first chapter, the social and economic reality of the city of São José das Missões and the characterization of the agricultural schools. In the chapter, we focus the peculiarities and necessities of the fields school, based in content theoreticians who evidence the Educational Management and the commitment with the agricultural development as factors of utmost importance for the formation of the student's. The third chapter aims at to interpret the identity of the agricultural schools of São José das Missões and its you arrive in port theoretical: Regiment school and Project Pedagogical Politician, approaching the function of the educators, the school as partner in the local sustainable development and participation of the family in field's school. It is in the retaken one, for the family, of its paper educator; for the school, of the public space that fit to it for the knowledge production and the irradiation of a popular culture that joins, that it constructs solidarity nets; they go constructing the projects of society, development, agriculture and basic education of the field.

Key-words: Agricultural education. Familiar agriculture. Democratic management.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES	8
1.1 Realidade social e econômica do município	8
1.2 Contexto escolar da educação no município	8
1.2.1 Caracterização da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Pires de Oliveira	9
1.2.2 Caracterização da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Pedro Conrado	10
1.2.3 Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Ribeiro da Conceição	12
2 A REALIDADE DA ESCOLA DO CAMPO	15
2.1 Aportes teóricos para educação no campo	15
2.2 Gestão democrática e o compromisso com o desenvolvimento rural	21
3 INTERPRETANDO A IDENTIDADE DAS ESCOLAS DO CAMPO DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES E SEUS APORTES TEÓRICOS: REGIMENTO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	26
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	39
ANEXOS	41
Anexo 01 - Regimento padrão das escolas municipais de São José das Missões	42
Anexo 02 - Projeto Político Pedagógico	53

INTRODUÇÃO

Por meio deste trabalho, propomos a realizar uma análise da ação pedagógica das três escolas públicas inseridas no meio rural, do município de São José das Missões, particularmente das unidades escolares inseridas no meio rural.

As escolas localizadas no meio rural já contaram com quase cem alunos, nas quais os professores trabalhavam com turmas multisseriadas, com recursos precários, bem distantes da cidade, contando sempre com a participação e colaboração da comunidade escolar. Quando essas escolas foram ampliadas, desde que o pequeno distrito de São José emancipou-se em 1992 e este passou a assumir as escolas, (anteriormente pertencentes à Palmeira das Missões, distante 30 km), aconteceram algumas mudanças significativas, como uma maior disponibilidade de recursos humanos e didáticos.

O que podemos perceber é que de alguns anos para cá a situação econômica dos agricultores está ficando insustentável, ocorrendo, em decorrência direta desse problema, um êxodo do meio rural para os grandes centros em busca de melhores condições. Sendo assim, as escolas do meio rural estão ficando praticamente vazias.

Sabendo que as escolas estão localizadas em áreas afastadas do centro do município de São José das Missões, no meio rural, pretende-se verificar qual o compromisso da educação nestas pequenas comunidades para manter a identidade o educando. Buscamos, então, refletir sobre o papel da escola e suas práticas pedagógicas estudando as possibilidades de desenvolvimento e a função da escola neste espaço, com o intuito de favorecer a integração dos diferentes segmentos sociais.

O tema escolhido evidencia um grande desafio, já que as escolas da área rural geralmente são rotuladas como sendo inferiores as demais. Queremos discutir qual é o tipo de educação que vem sendo oferecida ao meio rural e quais são os conceitos e os métodos utilizados. Antes de tudo, precisamos destacar a importância de se ter uma educação diferenciada para a área rural, reconhecendo seu processo humanizador voltado para as demandas específicas da comunidade.

Tendo como base a pesquisa bibliográfica, a metodologia visou aprofundar uma reflexão sobre o processo formativo dos agentes envolvidos nesse processo, como alunos, pais e professores das três escolas da área rural do município visando verificar o que cada comunidade local necessita ter como educação rural.

A migração campo-cidade vem atestando que possivelmente o campesinato estaria em processo de extinção a não ser que a educação destinada a essa parcela da população seja diferenciada proporcionando alternativas para o desenvolvimento rural do município.

No primeiro capítulo, abordamos a realidade social e econômica do município de São José das Missões, bem como a caracterização das escolas rurais do mesmo.

No segundo capítulo, enfocamos as peculiaridades e necessidades da escola do campo, baseando-nos em aportes teóricos que evidenciam a Gestão Educacional e o compromisso com o desenvolvimento rural como fatores de suma importância para a formação do educando.

O terceiro capítulo visa interpretar a identidade das escolas rurais de São José das Missões e seus aportes teóricos: Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico, abordando a função dos educadores, a escola como parceira no desenvolvimento sustentável local e participação da família na escola do campo.

1 CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES

1.1 Realidade social e econômica do município

São José das Missões é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul. Localiza-se a uma latitude 27°46'48" sul e a uma longitude 53°07'18" oeste, estando a uma altitude de 509 metros. Sua área territorial é de 98 km², faz parte da microrregião de Carazinho e Mesorregião de Noroeste Rio-Grandense, tem como limítrofes leste Constantina oeste Palmeira das Missões, norte Sagrada Família e São Pedro ao sul Novo Barreiro.

O município foi fundado em 20 de março de 1992, usa como gentílico sãojoesense, e o lema "A caminho do Progresso".

O município de São José das Missões - RS, criado em 1992, está distante da capital do estado a 364 km. A população sofreu decréscimo devido à migração para outros municípios, em busca de emprego e melhoria no padrão de vida, possuindo segundo dados do último censo 3.000 habitantes em sua maioria na zona rural 77,23% e de baixa renda.

A economia do município é a agricultura, tendo como principais fontes de renda o cultivo de soja e a produção de leite.

1.2 Contexto escolar da educação no município

Neste contexto escolar se englobam as escolas municipais que são três: a Escola Municipal de Ensino Fundamental João Pires de Oliveira, Escola Municipal de Ensino Fundamental João Pedro Conrado e Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Ribeiro da Conceição, sendo que todas pertencem à zona rural do município e a única instituição que se encontra na zona urbana é estadual.

1.2.1 Caracterização da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Pires de Oliveira

A comunidade da Linha 1º de Maio surgiu aproximadamente no ano de 1940. Pertencia ao município de Frederico Westphalen, vindo depois a pertencer a Palmeira das Missões e a partir de 1992, passou a integrar o município de São José das Missões.

Nos primeiros anos a comunidade era formada por poucas famílias, sendo que, pela grande extensão demográfica que abrangia este município foi aumentado, chegando a ter mais de duzentas famílias. Hoje, porém, devido à formação de outras comunidades e a atual reestruturação que o pequeno agricultor está sofrendo, apenas residem na localidade sessenta moradores.

Muitos foram embora para grandes cidades em busca de emprego nas fábricas, e os que ficaram, sobrevivem essencialmente da agricultura, tendo como fonte de renda a Bacia Leiteira. Existem também duas indústrias de tijolos (olarias) que empregam aproximadamente quinze pessoas (diaristas) que trabalham sem carteira assinada e sem salário fixo. Há muitos casais com idade avançada, vivendo na comunidade e sobrevivem com os valores da aposentadoria.

A maioria das famílias é da religião católica, porém outras religiões possuem seus devotos, a Assembléia de Deus, Metodista, Adventista, sendo que apenas a Metodista e a Católica possuem templos de orações. Nas aulas de Ensino Religioso não são mencionadas crenças e sim fala-se em Deus como um ser superior, enfatizando que independente de nossa religião Deus é universal.

As famílias são de origem italiana, alemã e brasileira, sendo que há um bom relacionamento entre todos, tanto na comunidade como na escola. Não existe discriminação por haver crianças morenas, de origem cabocla.

Antigamente as famílias eram numerosas, hoje é diferente, os casais já tem mais acesso aos anticoncepcionais e devido ao alto custo de vida não tem mais que dois ou três filhos.

O nível de escolaridade é baixo aproximadamente 86% freqüentaram o Ensino Fundamental Incompleto, 12% têm o Ensino Fundamental Completo e 2% estão freqüentando o Ensino Médio.

A comunidade respeita e valoriza a escola e sempre que possível desenvolvem trabalhos integrados. Também as famílias dos educandos demonstram saber a importância da escola como contribuição à vida do cidadão, prova disso, é a grande frequência com que se dirigem a ela. Praticamente não ocorre evasão escolar. Os alunos ficam um turno na escola e no inverso deste, ajudam as famílias no trabalho doméstico e agricultura, aspecto sobre o qual demonstram grande conhecimento.

A escola de Ensino Fundamental João Pires de Oliveira, localiza-se na região nordeste do estado, distante aproximadamente 395 Km da capital. Foi fundada no ano de 1942, pela necessidade sentida pela comunidade. Funcionou durante muitos anos na Igreja Católica da comunidade com o nome de Escola Rural D. Pedro II.

Atualmente o corpo docente da escola é formado por quatro professoras pedagogas, diretora e uma servente. A escola funciona em dois turnos, manhã e tarde.

Os alunos que frequentam a escola na maioria são oriundos de comunidades vizinhas. Tal situação evidencia o problema diário desses alunos terem que sair muito cedo de casa, por causa do transporte escolar, chegando muitas vezes sem café e retornando também mais tarde para suas casas.

A escola conta com uma clientela de 37 alunos, que apresenta carências de ordem afetiva, econômica e social, decorrentes das dificuldades que as famílias enfrentam para sobreviver. A maioria, como mencionamos, anteriormente, filhos de pequenos agricultores do interior do município, que buscam na terra subsídios para se auto-sustentarem. Entretanto, a fragilidade financeira não afeta a dignidade e os valores morais das famílias. Prova disso, é o valor e o respeito que dedicam à escola e aos professores, participando regularmente das atividades que esta desenvolve.

1.2.2 Caracterização da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Pedro Conrado

A Escola Municipal de Ensino Fundamental João Pedro Conrado, localizada na Comunidade de Vila Araújo em São José das Missões/RS, oferece Educação

Infantil nível A e B e Ensino Fundamental de 1ª a 6ª série e possui um bom quadro funcional e amplo espaço físico.

Esse educandário atende alunos provenientes em sua maioria da zona rurais sendo filhos de pequenos agricultores do município em que destacamos uma miscigenação cultural.

Salienta-se também que no ensino curricular são trabalhados os temas dentro da interdisciplinaridade, de forma lúdica e criativa, motivando constantemente seus alunos, o que facilita o despertar para o conhecimento da realidade que o cerca.

A Escola Municipal João Pedro Conrado, foi criada no ano de 1960, pela comunidade local. No ano de 1992 houve o plebiscito, no qual a comunidade de São José, ingressou o desejo da emancipação política do atual município de São José das Missões, sendo assim, no ano seguinte ocorreu a primeira eleição, onde a população escolheu o primeiro prefeito municipal.

O aspecto histórico, social e cultural, segundo as visitas realizadas a algumas propriedades, da comunidade escolar, constatou-se, que as principais fontes de renda da mesma, baseia-se na agricultura e na pecuária, sendo que a agricultura cultiva soja e milho, para a comercialização e outros produtos como mandioca, feijão, batata, hortaliças e árvores frutíferas, para consumo. A maioria das famílias realiza seus trabalhos agrícolas manualmente, sendo poucas a trabalharem com maquinários. A pecuária é uma atividade que fornece renda mensal para grande parte das famílias dessa comunidade, através da bacia leiteira, pois já possuem uma cooperativa que faz a coleta do leite para a comercialização. Além disso, criam outros animais para o consumo, considerando que essas famílias possuem qualidade de vida equilibrada, fazendo com que os alunos apresentem bom rendimento escolar.

As etnias que deram origem a esta comunidade são brasileiros descendentes de índios. Os costumes que predominam nesses grupos familiares são as crenças religiosas, o futebol, jogos de baralho e jogo de bocha, bailes e festas. De acordo com esta realidade, percebemos que os alunos são crianças bem desenvolvidas, mas com um acesso mais restrito à tecnologia.

A clientela atendida em nossa escola é composta de várias etnias e possui 86 alunos. Devido a nucleação, a mesma passou a receber alunos de outras comunidades vizinhas, atendendo na faixa etária de quatro (04) anos de idade até dezoito (18) anos, sendo que a maioria dos alunos usufruem do transporte escolar,

que passam nas suas comunidades. Segundo a diretora, a escola constata “95% de aprovação, 3% de reprovação e 2% de evasão escolar”. Justificando que a escola não registra, no momento, nenhum caso sério de indisciplina, devido a o fato de os alunos pertencerem a zona rural e serem filhos de agricultores que participam ativamente na escola.

1.2.3 Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Ribeiro da Conceição

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Ribeiro da Conceição foi fundada por antigos moradores da comunidade que sentiram a necessidade de ter uma escola para seus filhos. Foi dado o nome em homenagem a comunidade local que se chamava Cristo Redentor, santo padroeiro da igreja fundada em 1º de maio de 1962.

A escola iniciou com uma pequena casa de madeira com uma sala com turmas multisseriadas, construiu-se uma nova escola com a união e o esforço de toda a comunidade.

O quadro funcional da escola é formado por quatorze professores, destes doze possuem magistério e nove estão cursando faculdade, “Curso de Pedagogia”. Um professor cursa Letras na UNIJUI, um professor com curso superior em Pedagogia e um professor com ensino médio. Alguns professores atuam na escola a trinta anos de trabalho no magistério público municipal. O quadro funcional da escola relaciona-se muito bem em geral. Há uma cooperação mútua entre si, sempre que surge um problema relacionado com o trabalho ou pessoal tentam se ajudar.

No relacionamento professor x aluno há um respeito mútuo de amizade, companheirismo e confiança, onde respeita-se as individualidades de cada um.

A organização administrativa e pedagógica é constituída pela direção e coordenação pedagógica. A direção é constituída pelo diretor a quem compete administrar, supervisionar e coordenar as atividades administrativo, financeiro e pedagógico, responsabilizando-se pelo seu funcionamento, proporcionando condições para o desenvolvimento da aprendizagem de acordo com a filosofia da escola, respeitando a legislação vigente em consonância com o conselho escolar.

A coordenação pedagógica cabe a função de coordenar, organizar, orientar e promover atividades técnico-pedagógicas, assessoramento aos professores de forma clara e objetiva, na elaboração das propostas de trabalho e prática de ensino, visando oferecer condições favoráveis para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem de acordo com os objetivos e metas estabelecidas no projeto político pedagógico da escola.

O apoio administrativo é constituído pelos funcionários que exercem a serviço da escola condições favoráveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Compõem-se também de serviço de secretária, a quem compete manter em dia a escrituração da escola. Serviços gerais a quem compete manter limpo e organizado o ambiente escolar.

O conselho escolar também faz parte como órgão de função consultiva, deliberativa e fiscalizadora assessorando a direção nas questões financeira, administrativa e pedagógica, constituída pela direção da escola e representantes de seguros da comunidade escolar.

O círculo de pais e mestres (CPM), órgão constituído por pais e professores da comunidade escolar com objetivo de auxiliar, apoiar e assessorar a escola no desempenho de suas atividades, tomando iniciativas que visem o atendimento dos alunos.

O educador agente desencadeador do processo de ensino aprendizagem a quem cabe planejar, coordenar, executar e auxiliar uma prática de ensino coerente com os princípios da proposta político pedagógica.

Os alunos que são o centro de todo o processo desenvolvido na escola, o qual compromete-se a participar de todas as atividades propostas, tendo na escola um espaço para a construção do conhecimento e desenvolvimento da cidadania, ética e responsabilidade.

A clientela da escola é formada por 170 alunos oriundos de várias comunidades da redondeza, pois esta foi nucleada e oferece séries mais avançadas.

De acordo com a lei estadual que regulamenta o transporte escolar a escola passou a ser escola pólo concentrando um maior número de alunos, recursos e professores com intuito de melhorar o ensino-aprendizagem.

A totalidade dos alunos usufruem do transporte escolar. O transporte escolar é considerado satisfatório pela maioria dos usuários, pois onde não pode chegar o

ônibus pela precariedade das estradas, os alunos são transportados de micro-ônibus.

A escola possui em sua comunidade como atividade econômica a agricultura e a pecuária, sendo que na agricultura cultiva soja e milho, para a comercialização e na pecuária utiliza-se da bacia leiteira.

2 A REALIDADE DA ESCOLA DO CAMPO

2.1 Aportes teóricos para educação no campo

Por muito tempo discutimos a educação negligenciando sua relação com a economia. Porém, num certo momento ficou impossível continuar a tentar analisar e explicar o processo educativo deslocado da realidade econômica do país/região no qual está inserido. Na verdade, há uma interdependência entre o processo educativo e o desenvolvimento social, onde existem desigualdade e concentração de renda. Refletir sobre esses entraves é uma tarefa necessária e que envolve todos os agentes formadores, cabendo à escola um papel importante.

O projeto capitalista de desenvolvimento rural chamado "revolução verde" baseava-se na idéia de que bastava mudar o padrão tecnológico da agricultura brasileira para melhorar naturalmente o nível de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Este modelo, também identificado como "modernização da agricultura", estava associado ao projeto de desenvolvimento urbano-industrial de "substituição de importações", que se concretizou através de um intenso processo de industrialização implementado nas principais cidades brasileiras.

Esses dois modelos, a partir de Almeida (1998), - a "revolução verde" e a "substituição de importações" apresentam de um lado, a criação de indústrias, na sua maior parte dependentes de matérias primas importadas, desenraizadas, descoladas da nossa produção agrícola; de outro, a necessidade de um mercado de força de trabalho para as fábricas que aqui se instalavam.

Surge então a necessidade de operários, e esses acabam sendo os filhos de pequenos produtores rurais, buscando um salário fixo e certo. Agricultores por muitas vezes eram expulsos da terra pela pressão de fazendeiros, madeireiras, mineradoras, pela falta de valorização de seus produtos e por não terem as condições mínimas de adotar ou de enfrentar as novas tecnologias, ou as novas máquinas de preparar a terra, semear, colher, tirar o leite, aplicadas à agricultura e à pecuária.

Mais uma vez um modelo de desenvolvimento identificado com o crescimento econômico e direcionado para a exportação excluiu os trabalhadores e trabalhadoras de seus resultados, depois de explorar o seu trabalho. O desenvolvimento que foi prometido pela "revolução verde", associado ao processo de industrialização baseado na "substituição de importações", trouxe consigo a expulsão da terra de milhões de famílias de agricultores, o aumento do latifúndio, das doenças e mortes causadas pelo uso inadequado dos pesticidas e em conflitos de terra, e a perda de conhecimentos que eram transmitidos de geração a geração, através do trabalho agrícola familiar.

Para isso muito contribuiu a escola enquanto disciplinadora de crianças e jovens para o emprego assalariado nas fábricas e fazendas e como transmissora de uma visão de mundo que negava o trabalho e os saberes dos agricultores e agricultoras. Esse desenvolvimento que planeja e incentiva somente a produção agrícola para fora do país e que, pela negação de uma política de valorização dos produtos que vem da agricultura familiar, acaba por expulsar famílias de agricultores de suas terras, principalmente devido à falta de terra para plantar e de perspectivas de trabalho para os jovens, não é, definitivamente, aquele que queremos.

No final dos anos 70, a pressão de movimentos sociais internacionais, organizados em defesa do meio ambiente, obriga os capitalistas a repensarem o desenvolvimento. De olho nos custos de produção também perceberam os industriais, fazendeiros e banqueiros, que gastavam mais energia para movimentar as máquinas do que a energia resultante dos alimentos que, com o uso destas máquinas, produziam.

O desenvolvimento social é aquele que propicia as condições ou que cria um ambiente para que o desenvolvimento econômico a ele subordinado seja criador de riquezas que correspondam às demandas da maioria da população.

Desenvolvimento não é tão somente um fenômeno econômico e sim um aspecto de criação continua do homem em todas as suas dimensões, desde o crescimento econômico até a concepção dos sentidos dos valores e metas de vida. Suposto esse modelo e os perfis do novo homem e da nova sociedade poderemos afirmar que pelo trabalho produtivo e pela práxis a que esse trabalho do lugar, os homens, criativamente darão forma a sua própria história. Essa educação socialmente produtiva supõe fazer da educação o elemento integrador e aglutinador de todo o processo que garanta a esses homens e a esses grupos produtivos chegar à condição de atores reais e conscientes dos processos sociais. (DEMO,1998, p.34)

Um modelo de escola para o meio rural, dentro do movimento chamado "ruralismo pedagógico", segundo Gritti (2000), foi produzido pela política de colaboração entre o Governo de Getúlio Vargas, a partir dos anos 30 do século passado, e os interesses dos EUA, para manter sob controle os conflitos no campo, para impedir o avanço dos movimentos revolucionários inspirados na Revolução Russa, e para criar um mercado consumidor das máquinas e pacotes agrícolas das indústrias norte-americanas, bem como, uma forma de emaranhar o povo.

Para isso, houve uma preocupação muito grande com a escola primária, com a formação de seus professores, com a montagem de programas, instituições e instrumentos de divulgação para desestruturar a produção agrícola familiar, os saberes e a cultura que a sustentavam.

A eliminação das escolas isoladas, multisseriadas, é coerente com uma política orientada pelo cálculo do custo-aluno, condizente com a política de valorização das grandes propriedades, da agricultura intensiva, dos pacotes tecnológicos impostos pelas multinacionais, que experimentam suas pesquisas em nossas terras, de eliminação dos direitos trabalhistas e de seguridade social, com a opção pelo endividamento externo que acaba com a nossa soberania.

Nesse projeto neoliberal de desenvolvimento para poucos, a educação fundamental é entregue aos municípios, deixando de incluir recursos para a Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos; o ensino médio fica a cargo do Estado.

Para tanto é necessário propor um projeto de educação popular contextualizada que tenha um caráter na construção do conhecimento, de valorização do saber, desde questões relevantes para a intervenção social nesta realidade.

No contexto atual do nosso país, defender política pública específica para o campo não significa discriminação ou insistir numa postura que separa rural e urbano. Ao contrário, precisa-se de políticas para romper com o processo de discriminação para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo e garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas não deve ser desigual.

O confronto estabelecido entre a realidade das escolas da área rural e os marcos legais existente, nos permite sinalizar duas questões que merecem ser consideradas na elaboração de políticas e estratégias educacionais para o meio

rural, a saber: a) no desenvolvimento histórico do sistema de ensino de nosso país, o fator de localização da população se constitui enquanto elemento intensificador da desigualdade na oferta de oportunidades de escolarização, de forma que, quanto mais próximo dos centros urbanos, maiores são as oportunidades de ensino à população; b) a ampliação das oportunidades de ensino efetivadas a partir da instituição da legislação vigente, não tem sido capaz de provocar alterações significativas no atendimento à escolarização dos povos do campo. Para aprofundar a discussão, destacamos dois aspectos: os marcos anunciados na legislação que abordam a educação no meio rural; indicadores para referenciar políticas educacionais que afirmem o direito à educação de qualidade das populações do meio rural.

Quanto aos aspectos Legais a serem observados nas políticas e práticas educacionais no campo a legislação educacional brasileira nos oferece ampla base legal para a implementação de políticas públicas que atendam as particularidades da vida rural. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), em seus Art. 23º e 28º, estabelece que os sistemas de ensino devam promover as adaptações necessárias para que a educação básica seja ofertada adequadamente, indicando a possibilidade de definirmos o currículo, a organização da escola, o calendário escolar e metodologias considerando às necessidades dos estudantes face às especificidades do ciclo agrícola, condições climáticas; e do trabalho do campo. Essas adequações são importantes, a simultaneidade entre trabalho e escolarização no meio rural tem incentivado o fracasso escolar.

Em consonância com a LDBEN, as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” oportunizam a elaboração de políticas públicas que a diversidade cultural, política, econômica, de gênero e etnia presentes no _- Elas foram aprovadas pela resolução CNE/ CEB no. 1, de 3 de abril de 2002, da câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; constituindo-se num conjunto de princípios e procedimentos que visam legitimar a identidade própria das escolas do campo, que deve ser definida, numa vinculação estreita com sua realidade existencial, referenciando-se na temporalidade e saberes próprios dos povos do campo, em sua memória coletiva, na rede de ciências e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais. (Art. 2º, Parágrafo único).

Em seus Artigos 3º, 6º e 7º, respectivamente, a resolução indica, que o poder público deve garantir a universalização do acesso da população do campo à

educação básica e a educação profissional; proporcionar educação infantil e fundamental nas comunidades rurais, inclusive, através de seus órgãos normativos, deve regulamentar estratégias específicas de atendimento escolar do campo, salvaguardando os princípios da política da igualdade.

Indicadores de políticas educacionais emancipatórias para o campo mostram que as escolas da área rural tem assumido a responsabilidade quanto à iniciação escolar da grande maioria dos sujeitos do campo, e por esse motivo, se faz urgentes à necessidade de serem incluídas na agenda das secretarias estaduais e municipais de educação, do MEC, das universidades e centros de pesquisas, como um passo inicial para se cumprir os preceitos legais existentes.

Além disso, entendemos que o enfrentamento dos graves problemas que afligem a educação no campo para ser efetivo deve considerar os desafios mais abrangentes que envolvem a realidade sócio, econômica, política e ambiental, cultural e educacional do campo, em que se destacam: a degradação das condições de vida, que resulta na intensificação da migração campo-cidade; e o fortalecimento de uma concepção urbanocêntrica de mundo que generaliza a idéia de que o meio urbano é superior ao campo.

Um projeto popular de acordo com Kolling (1999), para o Brasil é necessário, é justo e é viável; nele está incluído "um projeto de desenvolvimento do campo". Este projeto popular de sociedade brasileira, construído pelos movimentos sociais populares, está fundamentado em cinco princípios: a soberania, a solidariedade, o desenvolvimento, a sustentabilidade e a democracia popular.

Não estamos pensando que os agricultores, as agricultoras e seus filhos devam renunciar ao emprego de tecnologias que facilitem o trabalho agrícola, que diminuam o tempo de trabalho, que ampliem e embelezem a produção. Porém, tecnologias que considerem a questão ecológica e, ao mesmo tempo, aliviem a penosidade do trabalho com a terra precisam ser inventadas. E já estão sendo inventadas algumas. Basta aproximar e combinar, através do diálogo como nos ensinou Freire (1981), os saberes milenares da experiência no trato com a terra, que possuem os agricultores e agricultoras familiares, e os conhecimentos e técnicas produzidos pelas escolas agrícolas, pelas instituições de pesquisa e pelas universidades.

O campo precisa de técnicos em nível superior e médio que tenham compromisso com um projeto popular de agricultura ecológica e sustentável. Eis aí

onde entra o papel estratégico que pode desempenhar a escola básica do campo, contribuindo para formar pessoas autônomas, preparadas para participar da vida política de seu município e de seu país, para formar técnicos comprometidos com um projeto popular de sociedade e com uma agricultura ecológica sustentável e para produzir conhecimentos e tecnologias que sejam do interesse do movimento social dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Mas esta escola básica do campo, comprometida com um projeto popular de sociedade e de agricultura, precisa ser conquistada, precisa ser ocupada, quem sabe deva até ser inventada, porque os modelos de escola primária rural que a história registra sempre estiveram associados à "penetração do capitalismo no campo", à modernização da agricultura e à expulsão das famílias de agricultores de suas terras.

As escolas da área rural constituem sua identidade referenciada na precarização do modelo urbana seriado de ensino e para que ofereçam uma educação de qualidade faz necessária a transgressão desse modelo, que se funda na rigidez com que trata o tempo escolar, impondo a fragmentação em series anuais e um processo contínuo de provas e testes aos estudantes, como requisito para a progressão no sistema educacional. As escolas rurais têm assumido um currículo deslocado da cultura das populações do campo, inspirado em compreensões universalizantes, que sobre valorizam concepções mercadológicas e urbanocêntrica de vida e desenvolvimento, em detrimento dos saberes, e modos de vida do campo. Essa situação deve ser confrontada caso se pretenda enfrentar o fracasso escolar e afirmar as identidades culturais das populações do campo.

As escolas do campo oportunizam aos sujeitos acesso à escolarização em sua própria comunidade, fator que pode contribuir significativamente para a permanência dos sujeitos no campo, com o fortalecimento dos laços de pertencimentos e a afirmação de suas identidades culturais.

Há uma tendência dominante em nosso país, marcado por exclusões e desigualdade, de considerar a maioria da população que vive no campo como parte atrasada e fora do lugar no almejado projeto de modernidade. No modelo de desenvolvimento que vê o Brasil apenas como mais um mercado emergente, predominantemente urbano, camponeses são vistos como espécie em extinção. Nessa lógica não haveria necessidade de políticas públicas específicas para essas pessoas, a não ser do tipo compensatória à sua própria condição de inferioridade ou diante de pressões sociais. (KOLLING, 1989, p.20)

Portanto, por acreditar que é possível uma educação diferenciada e de qualidade e, ao mesmo tempo constatando, “a situação geral da educação brasileira hoje, em particular da tendência de marginalização das escolas do meio rural” (KOLLING, 1999), pretendemos ampliar o conhecimento e difundir alternativas que vem sendo construídas a partir da luta e organização dos trabalhadores. Ainda investigar pro positivamente, acerca do seu papel no desenvolvimento local, na tentativa de desencadear um debate nesse sentido, valorizando o trabalho desempenhado pela comunidade apontando para sua atuação futura.

2.2 Gestão democrática e o compromisso com o desenvolvimento rural

Nos anos 90, a separação entre o rural e o urbano passou a refletir também outras características da chamada ‘modernidade’, ou seja, uma suposta diferença entre uma vida mais agitada e violenta e a sensação de poder desfrutar de momentos de bucolismo.

Um primeiro olhar que aponta para o desaparecimento completo das sociedades rurais/camponesas, onde a agricultura é compreendida como um mero campo de aplicação do capital, como qualquer outro setor passível de investimento. Essa perspectiva entende o camponês como um agricultor - referido, não mais a um meio de vida, mas a uma profissão específica. Um segundo olhar percebe que as transformações que são introduzidas pelo processo de modernização da agricultura, pela industrialização e urbanização, redefiniram, mas não anularam as questões relativas à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância cultural, social e política da sociedade local, etc.

Analisando o meio rural como um espaço diversificado, Wanderley (2000, p. 120) destaca três posições que estão presentes hoje na discussão sobre a ruralidade: a que dá prioridade à destinação produtiva do meio rural a que associa o meio rural a uma melhor qualidade de vida a que pode aspirar ao conjunto da sociedade, inclusive, e sobretudo, os habitantes das grandes áreas metropolitanas - o que transforma o espaço rural em espaço de consumo, voltado para atividades relacionadas às funções de residência e de lazer; e uma terceira posição que também situa o espaço rural como um bem coletivo, não só como um local para

moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado, contra todos os usos predatórios, produtivos ou não.

O rural apresenta, assim, múltiplas faces, o que complexifica a própria atividade do agricultor, agora não mais dedicado somente à produção agrícola, mas atendendo a demandas as mais diferenciadas, muitas delas nitidamente imbricadas como urbano.

Do ponto de vista do desempenho profissional, parece evidente, que neste novo contexto, a importância e o significado que os agricultores assumem no meio rural dependem, em grande parte, de duas ordens de fatores: por um lado, sua capacidade de adquirir a competência, cada vez mais complexa, exigida pela própria atividade agrícola e, por outro, sua capacidade de ocupar os espaços não agrícolas que se expandem no meio rural.(WANDERLEI, 2000, p.121).

Um novo quadro se apresenta então, redefinindo o espaço rural que deixa de ser sinônimo do agrícola e passa a ser um espaço multifuncional, em que se torna imperioso buscar equilibrar as funções clássicas de produção agrícola com as novas demandas que vão surgindo a cada dia, reconfigurando o rural. Como enfatiza Silva (2001, p. 6), as atividades agropecuárias não explicam mais sozinhas a dinâmica da produção e da ocupação dos espaços no meio rural. Têm crescido as atividades rurais não-agrícolas tais como a moradia, o turismo, o lazer e outros serviços orientados para um público urbano. Ampliamos as atividades de preservação do meio ambiente, seja como oportunidade de gerar renda, seja como resultado de adequações e exigências legais. Acrescentamos isso a expansão de pequenos negócios intensivos tais como floricultura, horticultura em estufas e através da hidroponia, fabricação de doces caseiros, criação de pequenos animais, entre outros.

A gestão democrática entra no desenvolvimento rural para que aconteça a participação significativa, é preciso que haja a aglutinação, a ação coletiva, envolvendo a comunidade escolar na análise das decisões atinentes à prática curricular.

É preciso, literalmente, abrir a escola: para pais, alunos, profissionais da educação e funcionários da instituição. Depreendemos, pois, que, implementar a gestão democrática do ensino requer: autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica; livre organização dos segmentos da comunidade escolar; participação dos segmentos da comunidade escolar nos

processos decisórios em órgãos colegiados; transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos; garantia de descentralização do processo educacional; valorização dos profissionais da educação; eficiência no uso de recursos etc.

Para que a gestão educacional seja redimensionada, nesses aspectos democráticos, em que os princípios de cidadania sejam exercidos na sua plenitude, é imprescindível que o gestor faça uma auto-avaliação de suas atribuições e passe a traçar metas para o desenvolvimento pleno das competências dos educandos e para a autonomia da escola.

Conforme Paro (1997) as vantagens da gestão democrático-participativa, em que as decisões do trabalho organizacional são tomadas pelo grupo, alcança não só a democratização interna da escola, mas também o fortalecimento dela, externamente; ou seja, abrange toda a comunidade escolar. Tratamos de relações sociais, se não for pela difusão de procedimentos democráticos, não se poderá alcançar os fins a que se propõe a educação, meio adequado ao desenvolvimento de competências; propulsora de sujeitos históricos: capazes de saber fazer, saber ser, agir e conviver no seu ambiente social.

De acordo com Paro (1997, p. 7): “a administração escolar é portadora de uma especificidade que a diferencia da administração especificamente capitalista, cujo objetivo é o lucro, mesmo em prejuízo da realização humana implícita no ato educativo.” Segundo o autor, toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública, que tenha efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como idéia ou consideração utópica.

Desta forma, concluímos que o caminho para que seja possibilitada a gestão democrática é, senão outro, aquele que propõe Paro (1997), processos eletivos de escolha dos dirigentes, colegiados com participação de alunos, pais e comunidade escolar, associações de pais e professores, grêmios estudantis, processos coletivos de avaliação continuada dos serviços escolares e, acima de tudo, um planejamento participativo. Tudo isso articulado por uma estrutura que, em termos administrativos, propicie uma efetiva utilização racional dos recursos disponíveis na concretização de fins educativos; e, em termos políticos, conduza a uma democrática coordenação do esforço humano coletivo, apta a reivindicar do Estado os recursos necessários e a estar em consonância com os interesses das camadas trabalhadoras.

Atentamos para o fato de que as experiências de gestão em educação, realizadas em caráter democrático-popular, tais como as escolas de alternância, mesmo com seus desafios, apresentam, na sua forma, um modelo aproximado do ideal em gestão democrática. Há a percepção de que se vive um processo articulado, contextualizado e pertinente. Problemas não são vistos como entraves. São, isto sim, oportunidades de adequação e crescimento. As escolas de alternância necessitam ser constantemente avaliada, divulgadas e expandidas para que se materializem as concepções avançadas de educação desenvolvidas.

Gestão democrática na escola é tarefa difícil, constante, de perseverança. Significa conciliar responsabilidades pessoais e coletivas na construção de indivíduos, propiciando-lhes desenvolver suas competências para garantirem inserção, de forma justa e igualitária, na sociedade. Sem esquecer que lida com alunos reais, a escola deve atentar para as carências que advêm das circunstâncias em que se inserem esses alunos, neste caso a agricultura sustentável, deve ficar alerta para tantas experiências de sucesso relatadas e divulgadas, com facilidade, neste novo tempo de expansão tecnológica que a colocam, no rumo que deve ter: o de proporcionar avanços e equilíbrio.

A questão da Sustentabilidade é colocada na atualidade da discussão sobre as diferentes formas de organização e desenvolvimento da agricultura, e deve estar na pauta ao discutirmos os processos de desenvolvimento local, onde o desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele capaz de garantir as necessidades das gerações futuras, e abarca uma visão de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social.

Moreira (1999), apresenta uma análise aprofundada sobre a questão do conceito de sustentabilidade, evidenciando que o mesmo apresenta diversas perspectivas impostas por diferentes interesses econômicos e sociais que se expressam na esfera sócio-política.

Segundo ele, a ação diferenciada destas diferentes perspectivas cria uma nebulosa ambientalista, que esconde diferentes interesses e visões de mundo que estão por detrás das correntes político-sociais, o que viabiliza a existência de conceitos também diferenciados, que são parte componente dos embates político-ideológicos e econômico-sociais de apropriação dos conhecimentos e que estão

associados aos diferentes conceitos de natureza, de ser humano e de trabalho produtivo.

Falar em sustentabilidade, numa perspectiva democrática e integradora é ir além das questões ecológico-ambientais ou das análises meramente econômicas sobre os impactos e as possibilidades, e enfatizar a preocupação com os problemas sociais e econômicos, com a justiça, a igualdade e o emprego, com a satisfação das necessidades básicas, a solidariedade com as gerações futuras, o respeito à diversidade cultural, a preservação do patrimônio histórico, cultural e natural de uma região, bem como entendermos os diferentes processos que estão em jogo, pois, conforme destaca Erickson.

[...] a sustentabilidade conduz da esfera dos requisitos físicos à exigência de que a sociedade global seja uma sociedade justa. Isto tem implicações éticas: uma ética global de sustentabilidade (...) Uma educação ampla, uma ampla participação nas decisões e uma responsabilidade e coerência social são peças valiosas na transição para uma sociedade sustentável. (ERICKSON, 2002, p.98-99).

Pensar em desenvolvimento sustentável é pensar no atendimento às necessidades dos grupos sociais, reconhecendo as diferentes formas de organização e sua articulação com as demandas maiores do conjunto da sociedade, bem como o entendimento de que os problemas sócio-ambientais estão situados para além das questões da técnica, e apesar dela e que para enfrentá-los é necessário questionarmos o modelo de sociedade que temos hoje. É fundamental ter consciência da insustentabilidade do modelo da revolução verde e dos seus danos, principalmente aos pequenos produtores, bem como os custos ambientais e a degradação dos recursos naturais provocada pelo mesmo.

Portanto, uma alternativa que vem sendo apontada com frequência para a sustentabilidade na agricultura é a agroecologia, abordagem que procura utilizar os bens e serviços da natureza da melhor forma possível como insumos funcionais. Ela favorece os processos regenerativos (como reciclagem de nutrientes, fixação de nitrogênio, inimigos naturais de pragas, etc.) nos sistemas produtivos agrícolas, minimizando o uso de insumos que ameacem o meio ambiente e a saúde de produtores e consumidores.

3 INTERPRETANDO A IDENTIDADE DAS ESCOLAS DO CAMPO DE SÃO JOSÉ DAS MISSÕES E SEUS APORTES TEÓRICOS: REGIMENTO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O regimento escolar destinado às escolas do município de São José das Missões visa promover a Educação Básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental, já que o Ensino Médio fica a cargo da Escola Estadual.

Segundo o Regimento Padrão (2007), “a educação básica tem por finalidade desenvolver e assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e oferecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Como podemos perceber nesta citação o Regimento tem por finalidade atender a demanda da escola e dos educandos oferecendo-lhes meios para sua evolução no meio onde vive, no entanto num sentido mais amplo.

Interpretando contribuição de Caldart (2004), um dos traços fundamentais que vem desenhando a identidade do movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No campo, porque todos têm o direito de serem educados ali onde vivem; Do campo, porque o povo tem direito a uma educação pensada a partir do seu lugar, vinculada a sua realidade, sua cultura e necessidades e que seja fruto da sua luta e de suas conquistas sociais.

Sendo assim, a educação do campo é construída pelo povo do campo e para o povo do campo. Não aquela educação para atender as necessidades do mercado. No caso das escolas em questão todas buscaram a educação no campo, foram as mesmas que criaram as escolas doando até os terrenos e contribuindo para a construção física das mesmas, só mais tarde o município contribuiu para a concretude das escolas legalmente.

Outro fator que Caldart (2004), salienta é que a educação do campo deve formar o sujeito para permanecer no campo e não para sair do campo como foi por muitos anos. O povo do campo almeja que a educação sirva para fortalecer os vínculos com a terra, com a natureza e que não faça com que o estudante sinta vergonha de ser camponês e sim, o orgulho. Além disso, ela deverá fazer com que os estudantes se sintam responsáveis pelas mudanças sociais e sujeitos da sua

história. Para tanto, a educação deverá, através de parcerias com universidades e outras instituições científicas e tecnológicas buscar alternativas econômicas para o campo, tais como novas culturas, novos empreendimentos e por que não, a industrialização de alguns produtos na própria localidade.

Segundo o Regimento o Ensino Fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão:

I. O desenvolvimento da capacidade de atender, tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II. A compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem tendo em vista a aquisição do conhecimento e habilidades e formação; IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Podemos verificar a partir da citação acima que os objetivos são amplos e não abordam necessariamente a escola do campo, sendo esta voltada para aspectos gerais da educação. Sabemos que a educação do campo necessita de objetivos mais específicos, bem como organização curricular e planos de estudo elaborados coletivamente a partir de segmentos da comunidade local, sendo que todas as escolas municipais são rurais.

O PPP segundo o Regimento “é um instrumento da organização escolar, construído coletivamente que define o referencial teórico e metodológico que revela e expressa, a identidade da escola”.

O estudo do Projeto Político Pedagógico do município em questão é utilizado pelas três escolas rurais abordadas no trabalho sendo que as mesmas possuem fontes de renda distintas, a escola João Pires de Oliveira tem a bacia leiteira e indústrias de tijolos (olarias) como fontes de renda, enquanto a escola João Conrado e a escola Manoel Ribeiro da Conceição têm sua economia baseada na agricultura e na pecuária, sendo que a agricultura cultiva soja e milho, para a comercialização e na pecuária a bacia leiteira.

A inadequação do currículo tem provocado, inclusive, a evasão e reprovação dos alunos das escolas do campo. Dois fatores que contribuem mais significativamente para a inadequação dos currículos consolidados nas escolas do campo são: o processo de formação dos professores e o conteúdo dos livros

didáticos. O processo de formação dos professores se dá, em geral, em cursos de formação urbana.

Portanto, a base curricular também deveria ser individual, abordando disciplinas voltadas para a realidade econômica de cada comunidade e abordando novas metodologias para a diversidade e a sustentabilidade da mesma.

Quanto mais se afirma a especificidade do campo, mais se afirma a especificidade da educação e da escola do campo. Mais se torna urgente um pensamento educacional e uma cultura escolar e docente que se alimentem dessa dinâmica formadora. Também mais se afirma a necessidade de equacionar a função social da educação e da escola em um projeto de inserção do campo no conjunto da sociedade (CALDART, 2004, p. 13).

A educação formal esteve sempre relacionada aos interesses econômicos, políticos, sociais e religiosos, quando nos referimos à educação do homem do campo, isso não é diferente.

Ao compreendermos o processo histórico da educação brasileira, precisamos de ações que enfatizassem a pedagogia do campo, ou seja, nossas propostas curriculares que englobem a escola à comunidade em que a mesma está inserida.

Há necessidade de se aprofundar conhecimentos acerca do trabalho docente elaborado na multissérie a fim de se buscar compreender as concepções didático-pedagógicas que alicerçam de fato a organização da prática escolar no meio rural brasileiro, pois, todas as escolas foram alicerçadas na multiseriação, hoje as escolas estudadas já não se utilizam mais desse processo, tendo um professor por série.

As metas e ações do PPP em estudo demonstram que o mesmo visa que cada escola possua aspectos individualizados quando cita: “Reuniões com a comunidade escolar para planejamento das atividades da escola; [...] Conteúdos contextualizados;”, ou seja, o andamento, planejamento e atividades realizadas pela escola devem ser elencados visando a realidade local e a opinião dos envolvidos nesta comunidade, ou seja, pais, educandos e educadores.

Já a fundamentação teórica partindo de “Educar é um ato de amor” (Paulo Freire), relatada no PPP foge um pouco do contexto educacional em questão, na verdade o desenvolvimento sustentável e agricultura familiar nada tem a ver com esta abordagem filosófica. A fundamentação teórica deveria partir da realidade do campo, isto é, de acordo com Caldart (2004, p. 141), remete-nos a refletir esta

questão quando discute a escola como instrumento de “enraizamento” e o enraizamento como possibilitador de construir um projeto.

Toda vez que a escola desconhece ou desrespeita a história de seus alunos, toda vez que se desvincula da realidade dos que deveriam ser sujeitos, não os reconhecendo como tal, ela escolhe ajudar a desenraizar e a fixar seus educandos num presente sem laços. E se isto acontecer com um grupo social desenraizado ou com raízes muito frágeis, isto quer dizer que estas pessoas estarão perdendo mais uma de suas chances (e quem garante que não a última?) de serem despertadas para a própria necessidade de voltar a ter raiz, a ter projeto. Do ponto de vista do ser humano isto é muito grave, é violentamente desumanizador.

A organização escolar, assim como os princípios norteadores na qual a escola é estruturada é de suma importância para tanto, é necessário um processo de formação dos trabalhadores em educação, para que estes contemplem discussões aprofundadas sobre a especificidade da educação do campo, para que possam romper com preconceitos, com limites e contribuir para a consolidação de uma educação do campo que resgate as raízes culturais e de classe dos sujeitos a que se destina.

Pesquisar as escolas do campo, antes de proporcionar qualquer material para esta pesquisa, representou a possibilidade de ampliar nosso olhar para o ser humano, perceber modos de vida e de “ser humano” muito diferente do modo urbano. Foi a possibilidade de conviver com a simplicidade e até com a pobreza. Foi também a possibilidade de descobrir, infelizmente, a diferença de atenção que o poder público dá às várias escolas do campo, o que não é muito diferente em relação às escolas urbanas.

Esta questão possibilitou-nos perceber a amplitude do movimento que tem buscado chamar a atenção para o direito à educação no/do campo. Esse movimento é dialético e está pautado em diferentes projetos de campo: um, na perspectiva da reprodução com vista ao agronegócio e à exploração do trabalhador rural; outro, na perspectiva da emancipação do homem, com vistas à agricultura familiar com o cultivo de produtos orgânicos e respeito ao meio ambiente, o último é o que pautamos.

Esse movimento dialético exige que os educadores façam sua opção quanto ao seu trabalho: ou proporcionam aulas descontextualizadas visando apenas conteúdos pragmáticos ou associam a teoria a prática embasadas no contexto onde o aluno vive. Podemos nos colocar a serviço da segunda opção, esteja ela no

campo ou na cidade. Nossa ação nunca é neutra, está sempre vinculada a um projeto de sociedade, neste caso, de campo, segundo Caldart, ser educador do campo é:

1. Reconhecer a existência do campo, ver sua realidade histórica, ver seus sujeitos;
2. Ver a educação como ação para o desenvolvimento humano e a formação dos sujeitos;
3. Compreender e trabalhar as grandes matrizes da formação dos sujeitos do campo;
4. Participar das lutas sociais do povo brasileiro do campo;
5. Lutar por políticas públicas que afirmem o direito do povo à educação;
6. Promover o debate sobre a educação entre os diversos sujeitos do campo;
7. Aprender a ajudar no cultivo da Pedagogia do Cuidado com a Terra;
8. Aprender dos movimentos sociais que formam os novos sujeitos sociais do campo;
9. Ocupar-se da escola do campo como lugar de formação dos sujeitos do campo;
10. Deixar-se educar pelos sujeitos do campo e pelo processo de sua formação. Faz-se necessário que o educador do campo comprometa-se com o contexto no qual a escola do campo está inserida, envolva-se com ela e construa o sentimento de pertença. (CALDART, 2004, p.129-133).

Os educadores e as educadoras comprometidos com ideais pedagógicos humanizadores e libertários, precisam se dispor a ajudar os sujeitos (alunos) a fazer a leitura pedagógica de suas próprias ações para que isso transforme em matéria-prima para a constituição do ambiente educativo da escola. Não basta dizer ou saber que a escola educa; é preciso compreender como isto acontece e como pode ser traduzido na cultura escolar. Assim como é necessário que os sujeitos destas ações educativas reflitam sobre elas e as transformem em aprendizados conscientes e articulados entre si, e que já possam ficar como herança para seus descendentes.

Para que este processo se realize é necessário que a sociedade reconheça a escola, e a escola reconheça a si mesma como lugar de formação humana. Ou seja, nesta reflexão não há lugar para uma visão de escola que se restrinjam as aulas aprisionadas nas grades curriculares. Escola é lugar de estudo porque é lugar de formação humana, com isto claro, passamos a ter outras referências para planejar nossas aulas, orientar pesquisas, produzir conhecimentos.

Olhar a escola como lugar de formação significa darmos conta de que todos os detalhes que compõem o seu dia-a-dia estão vinculados a um projeto de ser humano, ajudando a humanizar ou desumanizar as pessoas. Quando os educadores se assumem como trabalhadores do humano, formadores de sujeitos, muito mais do que apenas professores de conteúdos de alguma disciplina, compreendem a importância de discutir sobre suas opções pedagógicas e sobre que ser humano estão ajudando a produzir e a cultivar. Da mesma forma que as famílias passam a

compreender porque não podem deixar de participar da escola, de tomar decisões sobre seu funcionamento.

Se a escola é lugar de formação humana, significa que ela não é apenas lugar de conhecimentos formais e de natureza intelectual. A escola é lugar de tratar das diversas dimensões do ser humano, de modo processual e combinado. Se prestarmos atenção aos processos sociais que formam os sujeitos sociais, percebemos que é a vivência cotidiana de novas relações sociais e interpessoais que muda a cabeça e o coração das pessoas, recuperando certos valores, certas posturas que já tinham perdido ou nem conheciam, e o peso formador destas relações será tanto maior se delas depender a própria sobrevivência das pessoas.

Isto quer dizer tanto as relações de pessoas diante de uma ação como as relações que constroem no trabalho, ou no jeito de fazer a produção do campo dar certo. As relações que as pessoas estabelecem entre si medidas pelas condições materiais do processo de produção de sua existência social são as que efetivamente pesam na formação das pessoas, - é o ser social que forma a consciência, e aqueles que permitem trabalhar suas diversas dimensões ao mesmo tempo. As relações sociais constituem os sujeitos que produzem conhecimentos, mas também sentimentos, valores, comportamentos, habilidades, ações cotidianas e ações extraordinárias. Partimos da idéia e da perspectiva de que:

[...] o estudo do município é a primeira oportunidade que a criança tem de estudar uma sociedade relativamente complexa, que exige a compreensão ou aprendizado de uma série de noções importantes para o conhecimento da ciência histórica. A experiência da criança no cotidiano da sociedade em que vive favorece o aprendizado de história na medida em que pode verificar empiricamente uma série de conceitos. Não se trata de limitar o estudo às fronteiras do município como se tirássemos o espaço maior, mas sim, trabalhar com a experiência dos alunos para desenvolver noções ou Conceitos universais (CALLAI & ZARTH, 1997, p. 12).

As perspectivas dos pequenos agricultores rurais baseados no modelo de agricultura familiar podem ser apontadas, como; tendência de desaparecer, migrar ou reiniciar a luta pela terra; incorporamos ao sistema de agricultura patronal; assimilamos novas tecnologias; reformamos com tecnologias alternativas; transformamos através da cooperação agrícola; ou; enfim; reorganizamos com novas experiências.

A contextualização das escolas em estudo apresenta diversidades culturais, econômicas e sociais, outro fato relevante ocorreu na escola João Pires de Oliveira

tendo essa em sua maioria famílias da religião católica, porém outras religiões possuem seus devotos, no entanto nas aulas de Ensino Religioso “não são mencionadas crenças e sim fala-se em Deus como um ser superior, enfatizando que independente de nossa religião Deus é universal”.

Nas escolas estudadas foi possível verificar que a religiosidade não é vista como fato excludente já que possuem descendentes de várias etnias sendo que cada uma possui além da adoração ao Deus universal, também a idolatração a santos.

A avaliação, segundo o Projeto Político Pedagógico em estudo é um processo “contínuo, sistemático, cumulativo e diagnóstico” onde o aluno será avaliado em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, terá atendimento em turno inverso se possuir dificuldades de aprendizagem, terá encaminhamento de atividades à distância, orientação aos pais até que possa atender as metas solicitadas pela escola. Podemos perceber que a avaliação poderia ser melhorada a partir do currículo, através de avaliações práticas em disciplinas voltadas para o campo.

A formação do sujeito do campo assume, portanto, papel fundamental nessa perspectiva de desenvolvimento em que o homem tende a ganhar centralidade. Caldart (2004), aponta alguns elementos cruciais na concretização desse sujeito: uma revisão do modelo de agricultura excludente que ainda impera no Brasil; a participação e as lutas destes sujeitos por melhor qualidade de vida; a superação da dicotomia rural-urbano, que prega um modelo educacional inspirado nos ideais desenvolvimentistas; e a adoção de uma visão de educação de totalidade, inclusiva.

Entre múltiplos olhares e representações diversas, o rural tem sido palco de muitas experiências no âmbito do desenvolvimento social tanto no âmbito do local como do regional. Um dos aspectos que merece destaque é o fato de que um conjunto considerável dessas experiências parte de um princípio comum: o desenvolvimento humano/social se faz pela formação de cidadãos, cidadãos do campo implicando no reconhecimento das suas múltiplas demandas.

Todas as pessoas que vivem no campo têm direito a educação básica e a educação profissional de nível técnico. Durante muito tempo os órgãos públicos esqueceram as escolas da zona rural, transformando-as em subprodutos das escolas urbanas, sem formação adequada para os professores, sem um olhar diferenciado, as escolas do campo não cumprem seu papel de respeitar esse

universo cultural. No que diz respeito à educação os indicadores do campo são sempre os piores, o período médio de estudo da população é muito baixo, pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) revela que 34% dos jovens que vivem no campo não freqüentam a escola.

Podemos a principio perguntar: Quais são as políticas educacionais, os parâmetros curriculares que estão voltados para realidade do campo?

Os educadores do campo estão em constante movimento buscando fazer acontecer uma educação específica do campo. Mas encontramos na contramão da história oligárquica que se produz no meio rural deste país. Por isso, buscam incentivar a recriação de um movimento social e cultural que valorize a identidade social da comunidade. Daí surge práticas pedagógicas inovadoras que enriquecem o debate e a reflexão de um projeto alternativo de uma educação básica, especificamente, do campo. Historicamente sabemos que a educação rural está fora da agenda política do país, seja por parte do MEC ou das secretarias de educação dos estados da federação. A educação rural, ignorada e marginalizada, foi reduzida à escolinha rural, à professora desqualificada e às massas de analfabetos.

A exclusão e a desigualdade social são marcas registradas do Brasil. Neste leque de exclusão e desigualdade encontramos os camponeses que são considerados atrasados e fora do lugar tido como moderno. São vistos como espécies em extinção por aqueles que fazem parte do modelo de desenvolvimento urbano e moderno. No que se refere à educação no sentido mais amplo, qual seria a educação que vem sendo oferecida ao meio rural? E quais são seus conceitos e seus métodos utilizados? Antes de tudo, precisamos destacar a importância de se ter uma educação do campo vista como específica diferenciada e alternativa. Deve ser uma educação vista como processo de formação humana e que tenha qualidade ao valorizar a realidade específica da comunidade. O conceito de educação existente na Legislação Brasileira atenta para a valorização do diferente.

O que se entende por campo? As últimas pesquisas demonstram que há um resgate do conceito camponês para exprimir a relação do trabalhador do campo com a terra. Neste sentido, podemos falar de educação do campo a partir da referência dos trabalhadores. Muitos conceitos que qualificam os habitantes do campo podem ser valorativos, depreciativos e/ou pejorativos. É muito comum ver conceitos pejorativos sendo concebidos aos camponeses. São estereótipos que se instalam no

inconsciente popular, como: atrasados, preguiçosos, ingênuos e incapazes. Constrói-se dessa maneira, um racismo rural disfarçado e camuflado.

A população rural é vista como dados do IBGE, extremamente esquecida e abandonada. Com o avanço do capitalismo no campo subordinadas à lógica de mercado, ter princípios se desenvolveram na realidade camponesa. Primeiro, o princípio de um desenvolvimento desigual entre as agroindústrias e os pequenos proprietários. Segundo, o princípio de um processo excludente que gerou a grande massa de migrantes, os retirantes em êxodo. Terceiro, o princípio de um modelo de agricultura que produz relações sociais e modernas. A lógica do capital gerou no meio rural conseqüências drásticas e desiguais: a concentração da propriedade e da renda, a concentração urbana com índices de desemprego e intensificação da violência e a dominação do urbano sobre o rural.

Por muito tempo discutiu-se a educação negligenciando sua relação com a economia. Porém, num certo momento ficou impossível continuar a tentar analisar e explicar o processo educativo deslocado da realidade econômica do país/região na qual está inserido. Na verdade há uma interdependência entre o processo educativo e o desenvolvimento social, onde existe uma cruel desigualdade e concentração de renda. Remover os obstáculos que nos impedem de ir rumo ao desenvolvimento social e uma sociedade mais justa é uma tarefa que precisa ser enfrentada cabendo a escola um importante papel.

O desenvolvimento não é tão somente um fenômeno econômico, e sim um aspecto da criação contínua do homem em todas as suas dimensões, desde o crescimento econômico até a concepção do sentido dos valores e metas na vida. Suposto esse modelo e os perfis do novo homem e da nova sociedade poderemos afirmar que, pelo trabalho produtivo e pela práxis a que esse trabalho do lugar, os homens, criativamente darão forma a sua própria história. Essa educação socialmente produtiva supõe fazer da educação o elemento integrador e aglutinador de todo o processo que garanta a esses homens e a esses grupos produtivos chegar a condição de atores reais e conscientes dos processos sociais (DEMO, 1989, p. 34).

Procurar desmascarar as desigualdades e os preconceitos que tanto prejudicam a vida de milhões de brasileiros só é possível quando procuramos desenvolver um espírito crítico para avaliar as condições de vida da população conseguindo propor uma escola que seja parte importante nas estratégias de um desenvolvimento local. Propondo um projeto de educação popular contextualizada

que tenha um caráter na construção do conhecimento de valorização do saber, desde questões relevantes para a intervenção social nesta realidade.

Em âmbito geral tem sido um processo de desafios, pois vivemos em uma sociedade mutilada pela desigualdade e um projeto educacional com a exclusão de milhares de jovens crianças e adultos, pelo conteúdo que não completa o ser sócio-político-cultural e uma gestão autoritária.

No contexto atual do nosso país, defender políticas públicas específicas para o campo não significa discriminação ou pretender insistir numa postura que separa rural e urbano. Ao contrário, precisamos de políticas para romper com processo de discriminação para fortalecer a identidade cultural negada aos diversos grupos que vivem no campo e garantir atendimento diferenciado ao que é diferente, mas não deve ser desigual.

Há uma tendência dominante em nosso país, marcado por exclusões e desigualdade, de considerar a maioria da população que vive no campo como parte atrasada e fora de lugar no almejado projeto de modernidade. No modelo de desenvolvimento que vê o Brasil apenas como mais um mercado emergente, predominantemente urbano, camponeses, indígenas são vistos como espécie em extinção. Nessa lógica não haveria necessidade de políticas públicas específicas para essas pessoas, a não ser do tipo compensatório à sua própria condição de inferioridade e /ou diante de pressões sociais. A situação educação no meio rural, hoje retrata bem essa visão (KOLLING, 1989, p. 20).

Dando continuidade à reflexão e ao debate sobre a educação básica do campo, em especial sobre as escolas do campo e como se inserem na dinâmica das lutas pela implantação de um projeto popular de desenvolvimento do campo temos presente algumas idéias da conferência nacional por uma educação básica do campo: o campo no Brasil está em movimento.

Há tensões, lutas sociais, organizações de trabalhadores da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos. Existe uma nova prática de escola que está sendo gestada neste movimento.

Nossa sensibilidade de educadores já nos permitiu perceber que existe algo de diferente e que é ser uma alternativa em nosso horizonte de trabalhador da educação, de ser humano. Precisamos aprender a potencializar os elementos presentes nas diversas experiências, transformando-os em movimentos conscientes de construção das escolas do campo. Sendo assim, com escolas que ajudem neste

processo mais amplo de humanização e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É cada vez mais evidente a importância da agricultura familiar no desenvolvimento no município de São José das Missões. Também é do conhecimento de todos que a agricultura familiar tem como grande missão a produção de alimentos e a garantia de vida para as pessoas. Para viabilizar a missão primordial da agricultura familiar de produzir alimentos e de colaborar para a melhoria da condição de vida das pessoas, é necessário apoio através de políticas públicas específicas. As cooperativas podem contribuir, de maneira especial, para a construção de um projeto alternativo, Contribuindo na geração de empregos, barateando os alimentos e liberando renda para outros setores da economia. No entanto, é na escola que permanece no meio rural a melhor forma de manter a identidade dos educandos, integrando os diferentes segmentos sociais que construirão um novo modelo de desenvolvimento local/regional.

As concepções e princípios pedagógicos da escola do campo, segundo Nascimento (2006), devem ser embasados levando em consideração que a educação do campo é necessária, e não deve ser vista como ultrapassada ou inexistente, mas sim importante no cultivo da própria identidade do campo. Além de contribuir no desenvolvimento de estratégias para um projeto educativo sócio-econômico. A escola deve assumir o compromisso ético/moral com a pessoa humana. O compromisso com a intervenção social que irá vincular os projetos de desenvolvimento regional e nacional. E o compromisso com a cultura no seu resgate, na sua recriação, tendo como eixo a educação para a autonomia cultural e na educação pela memória histórica.

O papel desses agentes formadores diz respeito à gestão da escola como espaço público e comunitário, democratizando o espaço escolar com ampliação do acesso às escolas, participação da comunidade nas decisões sobre a gestão escolar e a criação de coletivos pedagógicos que pensem e repensem os processos de transformação.

Existe uma expectativa na qual a educação popular poderá se inserir no cotidiano escolar e no processo de ensino-aprendizagem. Isso se evidencia através de alternativas pedagógicas que são produzidas fora do espaço escolar formal,

analisando as experiências e as discussões que acontecem a respeito da renovação do processo de aprendizagem.

Os currículos necessitam se adequar à realidade que os cercam, inserindo disciplinas mais voltadas para a agricultura familiar sustentável. Por isso, é importante repensar o conceito de que a escola é mera transmissora de conhecimentos teóricos, reconhecendo-a como um espaço de formação humana. Para que isso ocorra, é necessário pensar um ambiente educativo, refletir sobre a existência do reducionismo de tendências pedagógicas que veem a escola como simples espaço de memorização e de informação. Posteriormente, reconhecer a importância de que o currículo da escola do campo contemple as relações com o trabalho na terra e os vínculos entre educação e cultura, no qual a escola se traduz como um espaço de desenvolvimento cultural da comunidade.

Muitos empecilhos impedem as pessoas de continuarem sonhando. Mas é a esperança na educação que fará de homens e mulheres do campo, os celeiros de uma nova proposta alternativa de educação. A falta de infra-estrutura nas escolas; docentes desqualificados; falta de renovação pedagógica; currículo e calendário escolar, alheios à realidade do campo; professores com visão de mundo urbano, uma visão de agricultura patronal; falta de formação específica dos docentes; a apresentação do urbano como superior, moderno e atraente; o deslocamento dos estudantes para estudar na cidade; e a desqualificação do campo por parte das políticas públicas.

Podemos afirmar que se faz necessário que o educador do campo comprometa-se com o contexto no qual a escola está inserida, envolva-se com ela e construa o sentimento de pertença e finalmente, que é na retomada, pela família, de seu papel educador; pela escola, do espaço público que lhe cabe para a produção de conhecimento e formação de redes de solidariedade; pela comunidade escolar através de seu papel de promotora de políticas públicas construídas socialmente e que venham ao encontro das demandas populares que os projetos de desenvolvimento na área rural vão sendo construídos.

REFERÊNCIAS

BRASIL Lei 9394 de 20/12/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: Gráfica do Senado, 1996.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. ARROYO, Miguel Gonzalez. Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CALLAI, Helena C. & ZARTH, Paulo A. **O estudo do município e o ensino de história e geografia**. Ijuí: Editora Unijui. 1997.

CNE/CEB. Diretrizes **Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB N°. 1, de 3 de Abril de 2002.

DEMO, Pedro. **Educação e desenvolvimento**. Campinas. São Paulo. Papirus. 1989.

ERICKSON, K-E. **Ciência para o desenvolvimento sustentável**. In: CAVALCANTI, C. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Jooaquim Nabuco, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KOLLING, Edgar Jorge. Ir. Nery — FSC. Mônica castanha Molina. **Por Uma Educação Básica no Campo**. (1 Conferencia nacional). 1998.

MARCONI, M. C. A. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretações de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: Teoria, Método e criatividade**. 19 ed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2001.

MOREIRA, R. J. **Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista**. In: COSTA, L. F. C. et al. Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Maud, 1999.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação e cultura: as escolas do campo em movimento.** Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 867-883, nov./dez. 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Editora Ática S.A, 1997.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico.** São José das Missões: Secretaria Municipal de Educação, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Regimento Escolar.** São José das Missões: Secretaria Municipal de Educação, 2007.

SILVA, J. G. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?** In: José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem: O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Ministério do desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

VV.AA. **Projeto Popular e escolas do campo.** Brasília, UnB, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas:** o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, mar. 2000.

ANEXOS

Anexo 01 - Regimento padrão das escolas municipais de São José das Missões

MUNICÍPIO: São José das Missões - RS
ENDEREÇO: Avenida 20 de março, nº 1385
CEP: 98325-000

ASPECTOS LEGAIS:

Lei de Criação do Município 9552 de 20 de março de 1992

CGC/CNPJ: 92.410.463/0001-40

FINS, FILOSOFIA, NÍVEIS DE ENSINO

EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação básica tem por finalidade desenvolver e assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e oferecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

FILOSOFIA DA ESCOLA

Dentro do processo educativo queremos desenvolver um indivíduo crítico, dinâmico, participativo, criativo, com possibilidade de desenvolver suas capacidades, interagindo na realidade social, atuante e valorizando a integridade moral, a justiça e a responsabilidade.

OBJETIVO GERAL

Criar condições para o desenvolvimento de um ensino onde os indivíduos envolvidos tenham possibilidade de serem sujeitos críticos, participativos, responsáveis, com consciência crítica, percebendo-se como elemento transformador do meio em que o envolve comprometendo-se com a melhoria da qualidade de vida da comunidade e a preservação da mesma.

OBJETIVO DOS NÍVEIS

EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de cinco anos de idade e seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental com duração mínima de 9 anos obrigatório e gratuito nas Escolas Públicas terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I. O desenvolvimento da capacidade de atender, tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II. A compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem tendo em vista a aquisição do conhecimento e habilidades e formação;

IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

PLANOS DE ESTUDOS

Os planos de estudos são resultado da elaboração coletiva da escola e segmentos da comunidade, sob a coordenação da equipe Diretiva/pedagógica e orientação a Entidade Mantenedora, sendo os mesmos submetidos à apreciação da Comunidade Escolar.

Os Planos de Estudos para o 1º ano do Ensino Fundamental de, nove (09) anos são administrados em convivência com os planos do Ensino Fundamental de oito (08) anos.

Os Planos de Estudos para os alunos com necessidades educacionais especiais incluídas nas classes de ensino comum são flexíveis, de modo a atender às peculiaridades de cada um ou de um grupo, possibilitando a seleção e organização, bem como a adaptação dos componentes curriculares.

Os Planos de Estudos são enviados à Secretaria Municipal de Educação para fins de análise e posterior aprovação, observadas as diretrizes estabelecidas na Legislação Vigente.

PLANOS DE TRABALHO DO PROFESSOR

Os Planos de Trabalho (Plano de Atividades) são elaborados, pelos professores titulares das Áreas de Estudos e/ou disciplinas, em consonância com a proposta pedagógica da escola os Planos de Estudos.

Os Planos de Trabalho do Professor do 1º ano do ensino Fundamental de nove (09) anos são organizados de forma que respeitem a faixa etária dos alunos, bem como, o estágio de desenvolvimento da criança, sua unicidade e sua lógica.

Os Planos de Trabalho direcionados aos alunos com necessidades educacionais especiais incluídos nas classes de ensino comum seguem os princípios da flexibilização e e adaptação dos objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação conforme Legislação específica e o presente Regimento.

Os Planos de Trabalho do Professor são entregues à Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação para análise e posterior aprovação.

REGIME ESCOLAR

A escola adota o regime anual para Educação Infantil, com atendimento a crianças da faixa etária de 4 à 5 anos, com especificação Pré-Escolar adotado Regime Escolar Anual, e seriado anual para o Ensino Fundamental de nove (09) anos de duração.

REGIME DE MATRÍCULA

CONDICÕES PARA INGRESSO

O processamento da Matrícula obedece as normas expedidas pela Secretaria Municipal de Educação.

A matrícula na escola Compreende:

a) Rematrícula automática dos alunos da escola matriculados em anos anteriores;

b) Admissão de novos alunos para o I ano do Ensino Fundamental de nove (09) anos, tendo como critério idade mínima seis (06) anos completados até o dia 30 de abril, conforme Decreto Municipal no 030/06 de 11 de abril de 2006;

e) Admissão de alunos por transferência;

d) Admissão de alunos, independente de escolarização anterior, conforme Legislação Vigente, pelo processo de classificação;

Na Educação Infantil, a matrícula de alunos, será conforme as determinações da mantenedora. O número de alunos matriculados por turmas nas classes de Educação infantil é fixado conforme normas vigentes.

Os alunos com seis (06) anos de idade completos até o início do ano letivo ingressam no 1º ano do Ensino Fundamental de nove (09) anos.

CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

Para a organização das turmas, leva-se em conta o Projeto Pedagógico da escola, as modalidades de ensino que só ofertadas, o espaço físico das salas de aula, a realidade, a tipologia, a localização da escola e a disponibilidade de recursos

humanos, observando-se os limites: 1º ano – até vinte e cinco (25) alunos; do 2º ao 5º ano - até trinta (30) alunos; do 6º ao 9º ano trinta e cinco (35) alunos.

As classes de ensino comum podem incluir, no máximo, três (3) alunos com Necessidade Educacionais Especiais semelhantes por turma, devendo ser admitida a lotação de vinte (20) alunos na Pré-Escola, vinte (20) nas séries iniciais do Ensino Fundamental e vinte e cinco (25) nas séries finais do Ensino Fundamental.

PROCESSO PEDAGÓGICO

METODOLOGIA DE ENSINO

Na Educação Infantil a ação pedagógica fundamenta-se nos níveis de desenvolvimento e construção do conhecimento significativo, organizando um ambiente acolhedor e desafiador, que propicie a exploração da curiosidade infantil, incentivando a ampliação das potencialidades físicas, sócio-afetivas, intelectuais e éticas, possibilitando-lhe o desenvolvimento do senso crítico e de progressiva autonomia.

No Ensino Fundamental a metodologia a ser trabalhada, nas diferentes áreas do conhecimento, está embasada na interação entre aluno e objeto do conhecimento, imediato pela interação pedagógica e didática do professor, oportunizando a aprendizagem significativa.

O 1º ano do Ensino Fundamental de nove (09) anos é desenvolvido como processo de aprendizagem de forma lúdica, respeitando a faixa etária das crianças, sua unicidade e sua lógica. A escola disponibiliza espaço, brinquedos e materiais didáticos e equipamentos que configurem o ambiente da criança nessa faixa etária.

AVALIAÇÃO

A escola será instrumento para diagnosticar as dificuldades e os avanços do educando.

Serão avaliados todos os momentos do processo ensino aprendizagem através das atividades realizadas em sala de aula e atividades extra classe.

Constantemente verificar-se-á se foram alcançados os objetivos propostos a fim de que a recuperação dos alunos possa ser paralela ao processo de construção dos conhecimentos. Já que este não é um produto pronto e acabado e sim um processo que respeitará as características individuais dos alunos, pois cada um aprenda em tempo e ritmo diferente.

O processo de avaliação da escola será trimestral e o resultado do processo apresentará uma escala de (0 zero a 100) cem, com parecer descritivo indicando o

avanço e as dificuldades constadas no processo ensino aprendizagem sendo que a medida adotada será de 60 como bom rendimento.

Ao aluno que apresentar baixo rendimento, ou seja, inferior, a 60. A escola oferecerá estudos paralelos que consistirá em oferecer novas oportunidades de trabalho individualizados à distância de aprendizagem no decorrer do trimestre.

Quando possível a escola oferecerá estudos de recuperação em turno oposto aos alunos de baixo rendimento, e este apresentará rendimento abaixo da média estabelecida pela escola, porém com aproveitamento superior a 50.

N'a Educação Infantil a avaliação será por pareceres descritivos que registrarão as dificuldades e os avanços do educando.

A escola oferecerá Educação infantil multisseriadas de 04 a 05 anos.

No final do ano letivo a escola não oferecerá novas oportunidades avaliativas, tendo em vista que a recuperação ocorreu no transcorrer do ano letivo.

Atendendo o que prevê a Lei 9394/96 em seus artigos 23 e 24, a escola oferecerá o processo de classificação, reclassificação avanços da aprendizagem, oferecendo condições que possibilitem o sucesso na vida escolar, respeitando fases do desenvolvimento e necessidades individuais dos alunos.

A freqüência mínima exigida é de 75% do total de horas do efetivo trabalho conforme a Lei de Diretrizes e Bases, artigo 24 parágrafo 6°. Se o aluno infrequente procurar a escola justificando as sua faltas de forma convincente, a escola oferecerá atividades complementares com o objetivo de oportunizar a aprendizagem.

O acompanhamento e a avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola serão através de uma prática dialógica buscando alternativas através de um processo constante de ação reflexão e ação. A escola será avaliada diariamente através do principio da flexibilidade, buscando uma ação coletiva visando prevenir insucessos, em fim buscando a qualidade na educação desenvolvido.

Os alunos que no ambiente escolar apresentarem problemas de "indisciplina" a escola fará todo o possível para orientar esse aluno salientando a importância dos valores e atitudes na formação de cada indivíduo. Quando ocorrerem problemas disciplinares a escola tomará as seguintes medidas:

- a) dialogar com os alunos;
- b) encaminhar a direção;
- c) comunicar os pais da situação;
- d) encaminhar a uma psicóloga;

e) encaminhar ao conselho Escolar:

f) não resolvendo o problema encaminhar ao Conselho Tutelar ou Promotoria.

Os educando portadores de necessidades especiais que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do Ensino Regular, receberão atendimento no mesmo ritmo dos demais alunos. Quando apresentarem comprometimento acentuados serão matriculados visando a socialização, desenvolvendo habilidades conforme condições compatíveis. Quando necessário possível os mesmos serão encaminhados para atendimento especializado.

A matrícula na escola será efetuada mediante documentação que comprove a vida regressa do aluno e quando necessário será aplicado o processo de classificação. No momento em que o aluno, pais ou responsáveis oficializam a matrícula a escola assume a responsabilidade legal sobre o mesmo zelando pela sua integridade pessoal e física. A rematrícula de forma automática ao final de cada ano letivo, sendo que a matrícula para alunos novos será feita através de divulgação especificando datas e horários, em qualquer época do ano letivo.

A transferência escolar se dará mediante solicitação de pais ou responsáveis ou pelo aluno quando de maior idade, comprometendo a escola em expedir o histórico escolar, com os respectivos resultados da aprendizagem obtidos até o momento.

A programação do ano letivo deverá adequar-se as necessidades da realidade da comunidade escolar, e atender os critérios estabelecidos na legislação vigente, desenvolvendo um trabalho que envolva no mínimo 200 dias letivos e 800 horas de efetivo trabalho desenvolvido. Entendemos que a elaboração do calendário escolar deverá ser um processo de discussão coletiva, envolvendo comunidade escolar e seguindo orientações da mantenedora.

A avaliação da aprendizagem do aluno de 1º ano do Ensino Fundamental de nove (9) anos é diagnóstica voltada para o acompanhamento da criança em seu processo de alfabetização de forma contínua e sistemática e expressa em parecer descritivo sem reter o aluno no 1º ano.

ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO

a) No transcorrer do trimestre, o educando que apresentar baixo rendimento, ou seja, inferior a 60, terá oportunidade de realizar estudos paralelos que consiste

em proporcionar novas situações de aprendizagem, com o objetivo de auxiliar na superação das dificuldades apresentadas;

b) Constada a recuperação da aprendizagem haverá revisão dos resultados anteriores obtidos;

c) Os estudos paralelos serão oferecidos mediante atendimento individualizado em sala de aula, solicitação de ajuda da família na orientação da aprendizagem;

d) Os estudos paralelos oferecido deverão ficar devidamente registrados.

CONTESTAÇÃO DOS CRITÉRIOS AVALIATIVOS

O aluno poderá contestar os critérios avaliativos perante:

a) Solicitação de esclarecimento, junto ao professor sobre os critérios adotados no processo avaliativo;

b) Solicitação junto ao Diretor da Revisão dos instrumentos avaliativos, dentro do prazo de cinco dias após a entrega do referido instrumento.

CLASSIFICAÇÃO DO ALUNO

A classificação em qualquer série, exceto o 1º ano do Ensino Fundamental de 9 anos, pode ser por:

a) Por promoção, para alunos que cursam, com aproveitamento a série na própria escola, mediante a aplicação de atividades que possibilitem verificar o nível de experiências, desempenho ou de conhecimentos, segundo processo avaliativo definido neste regimento;

b) Por transferência para candidatos provenientes de outras escolas, mediante histórico escolar apresentado no ato da matrícula;

c) independente da escolarização anterior, mediante a avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato conforme os seguintes critérios:

- Entrevista com finalidade de coletar dados sobre a vida escolar anterior do candidato;

Aplicação de instrumento avaliativo envolvendo objetivos e conteúdos à nível de seriação, com a finalidade diagnóstica, visando situar o aluno no ambiente escolar;

- Para ingresso em determinada série, o aluno deverá apresentar no mínimo domínio de 50% dos objetivos da série anterior;

- O aluno será posicionado na seriação correspondente ao nível ao nível de desempenho apresentado no instrumento avaliativo;

- Todo o processo aplicado e resultado obtido deverão ficar devidamente registrados em Ata.

RECLASSIFICAÇÃO

A escola reclassificará os alunos em situações de transferência, quando a escola de origem do aluno possui uma Forma de organização diferente da proposta da escola, tendo como base normas curriculares gerais, visando integrá-lo no espaço e tempo adequado ao seu estágio de desenvolvimento e suas potencialidades de crescimento. Caberá a Direção e ao corpo Docente das respectivas séries e ou disciplinas situar o aluno na série correspondente mediante:

- a) Entrevista com o educando, pais ou responsáveis;
- b) Análise do histórico escolar em conselho de classe;
- c) Conforme conclusão de análise situar o aluno na série adequada, levando em consideração os objetivos propostos ao nível da escola;
- d) Após os procedimentos mencionados, o aluno será reclassificado para a série correspondente e emitido o respectivo parecer da avaliação.

TRANSFENCIA APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E ADAPTAÇÃO

A transferência é concedida em qualquer época do ano, por solicitação de responsáveis ou pelo próprio aluno, se maior de idade. Ao conceder transferência, a escola obriga-se a fornecer ao aluno no menor prazo possível, a documentação comprobatória de sua vida escolar.

Aproveitamentos de estudos é o reconhecimento dos estudos Feitos pelo aluno, como também de suas experiências anteriores, mediante a avaliação que defina o seu grau de desenvolvimento e experiência, permitindo a inscrição na série adequada, atendendo a Legislação Vigente.

A adaptação é um processo de atendimento especial, oferecido ao aluno matriculado por transferência, a fim de situá-lo ao nível dos objetivos e conteúdos da escola.

Os alunos oriundos de outras escolas, no decorrer do ano letivo, deverão realizar adaptações de forma coerente para que tenham condições de acompanhar a construção do conhecimento, exigidas nas disciplinas.

A adaptação deve ser providenciada na efetivação da matrícula. O planejamento e os resultados da mesma ficarão registrados na escola..

AVANÇO

A escola oferece a possibilidade de avanço nas séries mediante a constatação da aprendizagem, oportunizando concluir em menor tempo a série em curso, adotando os seguintes critérios (procedimentos):

- Avaliação diagnóstica;
- Parecer do professor sobre o nível de desenvolvimento do aluno;
- Análise da vida escolar pela Coordenação Pedagógica (parecer);
- Autorização dos pais ou responsáveis pelo aluno menor de idade e concordância se maior de idade;
- O processo de avanço será oferecido, quando constatar que o aluno apresenta ritmo de aprendizagens diferentes da seriação que está cursando.

CONTROLE FREQUENCIA

a) A Frequência mínima estabelecida corresponde a 75% do total de horas letivas para aprovação, artigo 24, parágrafo 6º da Lei nº 93 94/96;

b) Se o aluno infrequente justificar as faltas por motivo de doença, assistência a família, atividades de trabalho, como época de colheita ou outras situações coerentes com suas necessidades a escola à oferecerá atividades compensatórias, visando oportunizar a aprendizagem;

c) As atividades complementares deverão ser realizadas pelo aluno de maneira presencial no transcorrer do ano letivo que se refere;

d) As atividades compensatórias visa oferecer ao aluno possibilidade de apropriação dos conteúdos desenvolvidos no tempo correspondente a infrequencia, devendo o aluno ser atendido em turno oposto ao ensino regular;

e) Todo trabalho compensatório deve ser registrado em lista de controle específico ou caderno de chamada do professor, fazendo menção às datas números de faltas do aluno e conteúdo recuperado.

f) Os alunos incapacitados a freqüentar as aulas, por serem portadores de infecções ou outras condições, assim como, aluna gestante (a partir do oitavo mês de gestação e até o quarto mês após o parto), a escola deverá oferecer atividades domiciliares, sendo considerados de freqüência efetiva às aulas. (Resolução do Conselho Estadual de Educação nº23095).

g) Sempre que ocorrer a infrequencia do aluno a escola comunicará aos pais ou responsáveis e, em caso de persistir as faltas será feito o comunicado a mantenedora, para que sejam tomadas as devidas providências.

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

EQUIPE DIRETIVA

A Equipe Diretiva da Escola é constituída pelo Diretor, a Coordenadores Pedagógicos e Orientadores Educacionais. Essa equipe assessora o Diretor no planejamento, realização e avaliação das atividades administrativas e pedagógicas do estabelecimento. Norteia suas ações pelos Princípios e Diretrizes da Constituinte Escolar, imprimindo um caráter democrático e participativo garantindo, a todos, igualmente, o acesso e a permanência na escola.

A Equipe Diretiva deverá agir em consonância com as deliberações do Círculo de Pais e Mestres, Corpo Docente, formados pelos trabalhadores em educação, respeitando as disposições legais.

DIRETOR (A)

O (A) Diretor (a) é o elemento que representa legalmente a Escola e tem a seu encargo a administração do estabelecimento, coordenando todas as atividades realizadas, em consonância com as deliberações do Círculo de Pais e Mestres, respeitando as disposições legais.

O provimento e as atribuições do cargo são as constantes na legislação vigente.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

O Serviço de Coordenação Pedagógica é o de acompanhar o desenvolvimento do trabalho pedagógico, assessorando o professor na orientação do processo de aprendizagem do aluno.

O serviço de Orientação Educacional é exercido pelo (a) orientador (a) Educacional, assessorado pelo (a) professor (a) Conselheiro (a) da turma.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento da organização escolar, construído coletivamente que define o referencial teórico e metodológico que revela e expressa, a identidade da escola, constatando os propósitos utópicos, o referencial do contexto atual e a programação das principais ações que a escola pretende desenvolver ao longo de um determinado período.

As discussões coletivas construídas pela comunidade escolar deram embasamento para elaboração do Projeto Político Pedagógico, que tendo como princípio à flexibilidade, será constantemente reconstruído através de um processo

que envolve ação-reflexão-ação.

CALENDÁRIO ESCOLAR

O Ano Letivo e o Calendário Escolar são organizados através de um processo de discussão coletiva, envolvendo a direção, o corpo docente e comunidade escolar, levando em consideração necessidades da comunidade escolar e orientações da mantenedora, assegurando o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidas, que prevê no mínimo 800 horas/aula de efetivo trabalho, correspondendo a 200 dias letivos. O mesmo deverá ser aprovado pelos segmentos da comunidade escolar e mantenedora (Secretaria Municipal de Educação).

LEGISLAÇÃO

Em caso de mudança de Legislação que altere o presente Regimento, ela entrará em vigor logo após a sua aprovação.

Anexo 02 - Projeto Político Pedagógico

FILOSOFIA DAS ESCOLAS

Aluno crítico, participante, pensante, dinâmico, observador, atuante na Sociedade em que vive, capaz de construir sua própria identidade, baseada nos princípios de solidariedade e cooperação.

OBJETIVO GERAL DAS ESCOLAS

Oportunizar ao educando, condições de desenvolvimento de suas potencialidades, despertando no mesmo a necessidade da busca de conhecimentos, através de uma prática de ensino que respeite o indivíduo no seu processo de aprendizagem.

OBJETIVOS DOS NÍVEIS

EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental, com duração de mínima de oito, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - A compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição do conhecimento e habilidades e a formação de atividades e valores;

IV - O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Criar condições do educando para que este tenha acesso ao saber científico propiciando:

1 - A criatividade através de oficinas de artes (teatros, músicas, folclore, etc...);

2- As práticas esportivas, visando um processo de integração;

3 - Desenvolver novas técnicas de ensino, através de acesso à informática;

4 - Incentivar a valorização do ambiente natural, preservando e relacionando-o com o ser humano;

5 - Integrar a família na escola, através de encontros informativos e cooperativos, envolvendo a comunidade escolar na construção do processo de aprendizagem;

6 - Estabelecer normas em comum acordo, com vistas a melhorar a convivência escolar;

7 - Desenvolver atividades envolvendo visitas e palestras, visando resgatar valores sociais, morais e religiosos, bem como, a saúde;

8 - Ampliação de seriação à nível de escola;

9 - Melhoramento e ampliação do espaço físico da escola.

METAS E AÇÕES

- Reuniões com a comunidade escolar para planejamento das atividades da escola;

- Distribuição de material didático, tais como: lápis, borracha, lápis de cor, caneta hidrocor, corretivo, caneta, cola, cartolina, caderno e outros;

- Prática de ensino que orienta o aluno na construção da aprendizagem;

- Emprego de material concreto, no desenvolvimento das atividades da aprendizagem;

- Conteúdos contextualizados;

- Jogos, interséries, competições com comunidades vizinhas;

- Atividades esportivas, gincanas, teatro, horas cívicas e outros;

- Festas, jantares, almoço no decorrer do ano, envolvendo a comunidade escolar;

- Pintura, reforma e ampliação da escola;

- Aquisição de aparelhos tecnológicos como: retroprojeter, computador, máquina xerográfica, rádio 3 em 1, parabólica;

- Aumento da clientela escolar;

- Seriação escolar com o Ensino Fundamental;

- Aulas de recuperação aos alunos que apresentarem dificuldades;

- Chamamento dos pais para esclarecimento dos resultados de avaliação e entrega de boletins;

- Conscientização dos alunos de sua obrigatoriedade com os estudos e a realização de tarefas;
- Chamamento de aluno para diálogo com direção e professores;
- Conselho de classe trimestral;
- Trabalho à distância, considerando quando da necessidade;
- Aperfeiçoamento constante dos professores, proporcionando condições de participação em jornadas, seminários...
- Oferecer cursos de aperfeiçoamento em serviços aos professores em alfabetização e pré-escola;
- Serviço de coordenação pedagógica e Serviço de secretários nas escolas;
- Aquisição de recursos bibliográficos e áudio e vídeo para possibilitar a pesquisa dos alunos;
- Atendimento psicológico e médico escolas semanalmente ou quando houver necessidade;

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Proposta Político Pedagógica da escola foi construída através da análise da realidade escolar, onde procuramos conhecer os problemas em relação ao processo, ensino aprendizagem, bem como as possibilidades de que a escola oferece.

O contexto social, nesta perspectiva foi fonte para elaboração de nossa filosofia, objetivos e metas, procurando desta maneira oferecer o ensino que atenda os princípios da Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9394/96.

A Proposta Político Pedagógica, tem embasamento teórico nos seguintes autores Paulo Freire, Jean Piaget, Miguel Arroyo, Emilia Ferreira, Vygotsky, Santim, Moacir Gadotti, Wallon, Pedro Demo e outros que se preocupam em aprofundar as questões da Educação.

Tendo como suporte estas abordagens, visamos desenvolver uma proposta de trabalho em que o aluno tenha possibilidades de construir o seu próprio saber, através de uma metodologia que possibilite ele ser sujeito da sua própria aprendizagem. Neste processo considera-se importante atualização constante do grupo de professores, pois o educador tem papel decisivo na concretização de um trabalho que respeite a individualidade o respeito de cada um.

O aprender hoje é o princípio fundamental da Escola, desta forma todas as ações desenvolvidas, devem ser planejadas coletivamente, pois através desse

processo há uma troca de experiências, enriquecimento do trabalho e atitude interdisciplinar. “Educar é um ato de Amor” (Paulo Freire):

(...) a prática educacional não pode basear-se única e exclusivamente em conteúdos fechado, mas sim desenvolver um processo de conscientização de educadores /educandos sobre a realidade do seu mundo vividos, através de uma prática da ação comunicativa crítico-problematizadora. Somente desta forma é possível reconstruir constantemente um novo “saber”. Este saber, portanto, não é ‘um fato’, mas um processo, um processo que nasce da prática humana na transformação da realidade social. (Kunz, 1991, p. 14; Paulo Freire 1981, p. 73).

Quando não estão envolvidas nas tarefas exigidas pela escola, as crianças realizam muitos brinquedos simbólicos, a própria escola inclui isso em suas atividades. O que raramente se vê, no entanto, é uma integração entre o faz-de-conta da criança. É a atividade concreta de da escola. (Freire, J.B., 1997, p.38).

“A escola deveria trabalhar com a criança. No sentido de treiná-la para adulto, mas sim no sentido de a criança construir e reforçar as estruturas corporais e intelectuais de que dispõe” (Opus cit., p. 43).

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A escola oferece Educação Infantil nível A e B na faixa etária entre 4 e 6 anos de idade e Ensino Fundamental da 1ª à 6ª envolvendo os alunos no turno diurno, manhã e tarde.

O processo educacional está organizando em séries anuais, classificação por promoção. Envolvendo uma carga horária mínima de 800 horas anuais, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar.

O processo de Ensino Aprendizagem de 1ª à 3ª série é desenvolvido de forma globalizada através do currículo por atividades, a partir da 5ª série e por disciplina.

Na Educação Infantil as atividades são desenvolvidas de forma globalizada, visando desenvolvimento do aluno como um todo, sem objetivo de promoção.

Todo trabalho desenvolvido tem como princípio o processo da interdisciplinariedade para atingir tal objetivo, os planejamentos serão feito coletivamente se avaliado constantemente.

A proposta de trabalho será avaliada através dos planos que serão construído anualmente e aprovados pela escola e mantenedora. A partir dos planos de estudos

no início de cada ano letivo cada professor organiza o seu plano de trabalho, devendo ser aprovado pela escola.

A proposta de trabalho desenvolvida através dos planos de estudos consiste numa visão clara do que vai ser estudado e grau de aprofundamento dos objetivos a nível de seriação.

No Ensino Fundamental, a ênfase do processo aprendizagem envolve uma base Nacional comum e uma parte diversificada, conforme o artigo 26 da Lei 9394/96. Os conteúdos trabalhados serão desenvolvidos, considerando contexto, questões de interdisciplinariedade, aspectos da vida cidadão e necessidades da comunidade.

PROCESSO AVALIATIVO DA ESCOLA

A escola entende avaliação como um processo contínuo, sistemático, cumulativo e diagnóstico. O aluno será avaliado em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, através de diversos instrumentos de forma clara e objetiva, durante o transcorrer do processo.

A avaliação do Ensino Fundamental é anual, distribuída em 3 trimestres.

Os resultados obtidos durante o processo de aprendizagem será expresso em notas de 0 (zero) a 100 (cem), com parecer descritivo expressando de modo significativo o resultado obtido através da nota.

Será considerado bom rendimento o aluno que obtiver a média- 60 (sessenta) no resultado dos instrumentos avaliativos, aplicados no transcorrer dos trimestres.

O aluno que obtiver resultado abaixo da média 60 (sessenta) no transcorrer do ano letivo, será oferecido a estudos paralelos, que consiste em propor novas situações de aprendizagem visando melhorar o desempenho.

Os estudos paralelos serão feitos através de atendimento individualizado, encaminhamento de atividades à distância, orientação aos pais, e quando possível será ministrado o atendimento em turno oposto. À medida que for verificado o rendimento do aluno, será revisto sua média anteriormente obtida, prevalecendo a média mais alta.

Ao final do ano letivo não será oferecida novas oportunidades avaliativas, tendo em vista que a recuperação dos alunos com baixo rendimento foi oportunizado, no transcorrer do ano letivo.

Na educação infantil a avaliação será feita, através de parecer descritivo, expressando de forma clara o desenvolvimento do aluno como um todo, sem objetivo de promoção.

Atendendo o que prevê a Lei 9394/96 em seus artigos 23 e 24, a escola oferecerá o processo de classificação e reclassificação e avanço da aprendizagem oferecendo condições que possibilitam o sucesso na vida escolar, respeitando fases do desenvolvimento e necessidades individuais dos alunos.

Os alunos que no ambiente escolar apresentarem de “disciplina” a escola fará todo o possível para orientar este aluno, salientando a importância dos valores e atitude e na formação de cada indivíduo. Quando ocorrerem problemas indisciplinados a escola tomará as seguintes medidas: - dialogar com os alunos; - encaminhar o educando para a direção;- chamar e dialogar com os pais; - encaminhar para a psicóloga; - encaminhar para o Conselho Tutelar ou Promotoria.

Os educandos portadores de necessidades especiais, que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do Ensino Regular, receberem atendimento no mesmo ritmo dos demais alunos. Quando apresentarem comprometimentos acentuados, serão matriculados visando a sociabilização, desenvolvendo habilidades conforme condições compatíveis, Quando necessário e possível os mesmos serão encaminhados para atendimento especializados.

A matrícula na escola será efetuada mediante documentação que comprove a vida regressa do aluno, e quando necessário será aplicado o processo de classificação, momento em que o aluno, pais ou responsáveis oficializam a matrícula, a escola assume a responsabilidade legal sobre o mesmo, zelando pela sua integridade moral e física. A rematrícula se dará de forma automática ao final cada ano letivo, sendo que, a matrícula para alunos novos será feita através de divulgação especificando datas e horários ou em qualquer época do ano letivo.

A transferência escolar se dará mediante solicitação de pai ou responsáveis, ou pelo aluno de maior de idade, comprometendo a escola em expedir histórico escolar, com os respectivos resultados da aprendizagem obtido até o momento.

A programação do ano letivo deverá adequar-se as necessidades da realidade da comunidade escolar e atender os critérios estabelecidos na legislação vigente, desenvolvendo um trabalho que envolva no mínimo 200 dias letivos e 800 horas de efetivo trabalho desenvolvido. Entendemos que o calendário escolar deve

ser um processo de educação coletiva envolvendo a comunidade escolar e seguindo orientação da mantenedora.

A frequência mínima exigida é de 75% do total de horas de efetivo trabalho, conforme Lei da LDB, artigo 24 parágrafo 6°. Se o aluno infrequente procura a escola justificando suas faltas de forma convincente, a escola oferecerá atividades complementares Compensatórias com o objetivo de oportunizar aprendizagem.

O acompanhamento e avaliação da Proposta Político Pedagógica da escola será através de uma prática dialógica, buscando alternativas através de um processo constante de ação, reflexão e ação. A escola é avaliada diariamente através do princípio da flexibilidade, buscando uma ação coletiva, visando prevenir insucessos, enfim buscar qualidade na educação desenvolvida.